

A Inconfidência Baiana

(*A Revolução dos Alfaiates ou A Revolução dos Búzios*)

José de Sá Martins*

Comunicação apresentada em sessão do NEPHIM.

Esta comunicação objetiva, unicamente, registrar a passagem, dia 12 de agosto de 1998, do segundo centenário de importante episódio da nossa História, que comportou algum envolvimento militar, e que, por circunstâncias não muito claras mas que se pode, com fundamentos, presumir, não tem tido o merecido destaque e, normalmente, nem mesmo a designação mais adequada.

Revoluções ou conspirações, em qualquer tempo ou lugar, sempre constituíram matéria para análise, e não só podem ser estudadas de vários prismas, como suscitam a curiosidade do estudioso em vários ângulos.

A chamada *Inconfidência Baiana* que, vale insistir, não tem sido objeto da ênfase devida pelo que significou, na sua complexidade representou um movimento de conteúdo político que conjugava profundo sentimento anticolonial, alimentado pelos problemas e contradições de uma sociedade fundada na monocultura e na escravidão.

Devemos a alguns estudiosos, que se lançaram na pesquisa de arquivos, a retirada dos acontecimentos do esquecimento a que ficaram por longo tempo relegados. Com isso, a *Inconfidência Baiana* tornou-se um fato histórico, pela sua significação real, inserido entre os movimentos de tendência democrática que precederam a independência política do Brasil.

Esse movimento, que deve ser estudado principalmente no plano das idéias que criou e pôs em circulação, teve na comunicação o suporte através do qual se corporificou, já que nela nasceu, viveu e morreu. Esse é um aspecto de importância que deve ser considerado. Nele, a *Inconfidência Baiana* se equivale aos movimentos que o antecederam e que são conhecidos como *Inconfidência Mineira* e *Inconfidência Fluminense*. Mas, diferentemente deles, a *Inconfidência Baiana* foi mais popular e menos intelectualizada, nela estando envolvidos elementos de todas as camadas sociais e de todas as raças que formavam a população da Bahia à época, desde o branco letrado ao negro escravo.

Por ter envolvido todos os níveis sociais, com maior difusão, ao que se conhece, nos

* Coronel de Artilharia e Estado-Maior. Sócio efetivo do IGHMB.

níveis mais baixos – artesãos, soldados, escravos e outros – e dada a pouca importância que recebeu na maior parte desses duzentos anos, dá margem a que alguns procurem hoje apresentá-la como um *movimento socialista*, como a primeira *revolução social brasileira* e, até, como uma *revolução proletária*, promovendo-se, no que diz respeito a essa última colocação, uma certa mistura de épocas, já que, no Brasil de 1798, seria difícil o reconhecimento da existência de um proletariado, salvo se se adotasse uma classificação da Roma antiga para os cidadãos da última classe do povo. Mas, de qualquer maneira, há que se considerar a significativa presença no movimento de outras classes sociais. De qualquer forma, vale registrar que Varnhagen classificou esse movimento como de tendências mais socialistas que políticas, levando certamente em conta que os seus participantes estavam movidos, sobretudo, pelo ódio à desigualdade social e ao preconceito de cor.

A Colônia, na época, se resumia numa sociedade de artesãos, que viviam sob a vigilância das autoridades, sufocados por alvarás e ordens régias proibitivas de qualquer expansão, em muitos casos ceifadoras de potencialidades existentes. Tudo o que constituísse ameaça aos produtos da Metrópole, sobretudo aos industriais, era objeto de proibições drásticas dentro da política das nações colonialistas. Em todas as épocas, consideravam-se as colônias apenas como fornecedoras de matéria-prima e consumidoras dos produtos industrializados. Era uma sociedade de vizinhança. Nela predominavam as relações primárias, pela inexistência de veículos de comunicação (imprensa e gráficas para impressão), daí decorrendo o fato de a oralidade ter marcado a produção cultural de quase todo o Brasil Colônia.

Aqui vale lembrar que, mesmo em Portugal, houve grande atraso na adoção da imprensa e na utilização de gráficas, o que reforçava a sua ação limitativa em relação às colônias. Assim, esse movimento conspiratório desenvolveu-se e propagou-se através de conversas, reuniões, recados, bilhetes, anotações e, nos seus últimos momentos, por meio de boletins manuscritos afixados em paredes. De qualquer forma, ele não significava um simples conflito entre colonos e metrópole ou um protesto contra cobrança de impostos e taxas. Ele se desenvolveu sob a influência de idéias liberais-democráticas postas em causa pela vitoriosa Revolução Francesa de 1789. Os conspiradores baianos alimentavam a idéia de república com liberdade e igualdade para todas as pessoas. Desejavam a independência, mas se referiam à Bahia, à *República Baiense*, e não ao Brasil. Como a conspiração mineira, a baiana era também mais regional, uma vez que a idéia de Brasil como um todo ainda não estava consolidada no sentimento dos colonos, o que certamente resultava, em grande parte, das dificuldades de comunicação entre as diversas regiões coloniais.

O ideário dos conspiradores contemplava, basicamente, os seguintes pontos: independência nacional, regime republicano do tipo federativo, abolição da escravidão, igualdade de direitos sem distinção de cor, liberdade de comércio com todas as nações, pleno direito de propriedade, revisão das relações entre a Igreja e o Estado, estabelecimento de fábricas e manufaturas e de novas minas, e instauração de mecanismos repressivos para a defesa do novo regime.

Um destaque a dois aspectos: a influência das idéias francesas e a liberdade de comércio bem mostram a presença ou, pelo menos,

a influência de pessoas letradas, com acesso a informações sobre a revolução ocorrida na França, em 1789, através de literatura (em geral contrabandeada), certamente, ou de contatos num nível pouco admitido para aqueles da última classe do povo; e a questão da liberdade de comércio leva a que se admita que, também, direta ou indiretamente, havia algum envolvimento de comerciantes e, possivelmente, produtores de bens para exportação.

Nessa ocasião, a maior parte da população de Salvador era formada por homens de cor escura, pardos e negros, numa relação de, aproximadamente, um para dois, entre brancos, por um lado e, por outro, pardos e negros.

Por outro lado, como dado de importância a considerar, o Exército colonial obedecia a critérios seletivos, na medida em que o recrutamento era amplo, incorporando pardos e negros; mas, nesse Exército, o critério de cor era um impedimento à ascensão aos postos de comando para os que não fossem brancos, numa limitação objetiva às expectativas de progresso social dos interessados. A questão era significativa, uma vez que a tropa representava um contingente numeroso e, por ser enquadrado em normas de organização militar, representava um grupo homogêneo e funcionalmente organizado, o que não ocorria com outros conjuntos da população, que não dispunham de instrumentos de ação coletiva ordenada, com base em seus interesses objetivos, ainda que corporativos. E o fato de os homens pardos contarem com um regimento, ainda que de segunda linha, formado só por seus iguais (Regimento de Artilharia Auxiliar de Pardos), assim como os negros (Terço de Henrique Dias), formado, o primeiro, por 575 homens e, o segundo, por 603, impedidos de

chegarem a posições de comando, criava descontentamentos e insatisfações. O total da tropa perfazia 3.479 homens, se considerada a tropa paga e os corpos auxiliares, contingente numeroso em presença da população da cidade e de seus arredores.

Então, aqueles que vieram a conhecer e aceitar os acontecimentos franceses e tinham interesses em causa, passaram a divulgar, cautelosamente, as idéias de independência, república e liberdade de comércio e as demais, certamente como atrativos para cooptação de correligionários e, basicamente, do apoio militar. Dentre esses, vamos encontrar um bacharel em filosofia e cirurgião, Cipriano José Barata de Almeida, um professor de gramática, Francisco Moniz Barreto de Aragão, um negociante, José Raimundo Barata de Almeida, e dois tenentes, José Gomes de Oliveira Torres, do Regimento pago, e Hermogenes Francisco de Aguillar Pantoja, do 2º Regimento, certamente conquistados pelos ideais alevantados de independência.

O que a História registra, e esse é por menor muito importante a considerar, é que as condenações extremas caíram sobre soldados e artesãos, todos homens de cor parda. Dos 32 réus arrolados no processo, dentre eles uma mulher, seis foram condenados a morte; quatro foram enforcados e esquartejados, em 8 de novembro de 1799; um nunca chegou a ser preso e o outro teve a pena comutada em degredo perpétuo na África. Os executados foram: o alfaiate João de Deus do Nascimento, considerado o grande líder da conspiração, os soldados Lucas Dantas e Luiz Gonzaga das Virgens, e o escravo liberto Manoel Faustino dos Santos Lira, de 18 anos. Outros mais tiveram pena de degredo ou de flagelo do açoite; houve o confisco de bens de todos, o que

nada significou, pois nenhum deles tinha qualquer bem de valor. Os elementos de nível social mais elevado ou foram inocentados ou tiveram penas leves e acabaram perdoados, como o Tenente Pantoja, que foi morrer, já como major, quando do ataque ao Forte de São Pedro pelas forças favoráveis ao movimento constitucionalista de 1821, e Cipriano Barata, que se livra do processo e vai participar de outros movimentos pela independência, como a Confederação do Equador. A Justiça se revelara não só colonial como também de classe, tendo nela funcionado elemento que participara da devassa em Minas Gerais, o Desembargador Francisco Sabino Alvares da Costa Pinto. Como se deduz da leitura dos *Autos da Devassa*, parece ter sido o propósito não valorizar o movimento, reduzindo-o a uma manifestação das classes mais baixas que, de qualquer forma, era necessário punir, e a teatralização de punição e clemência teve uma dimensão assumidamente de pedagogia política. A *Conjura Mineira* ainda deveria estar traumatizando Lisboa, e por todo o mundo as colônias estavam criando problemas para suas metrópoles. Assim, por consequência, a História passou a minimizar o ocorrido, não lhe deu sentido maior de movimento envolvendo todas as categorias sociais e objetivos de maior significação, buscando designá-lo, de certo modo, até pejorativamente: *Revolução de Alfaiates* ou *Revolução dos Búzios*, já que os conspiradores, em determinada fase, se identificavam com o desenho de um búzio.

No dia 9 de dezembro de 1798, o Governo publicava nota dando por esmagada a intentona e proclamando-se *vigilante contra os princípios jacobinos e revoltosos*.

Conquanto tenha sido, nos seus propósitos, mais objetiva que a Mineira, a cons-

piração ainda estava em fase de conversas, não possuindo nada de concreto, quando foram espalhados boletins sediciosos, na madrugada de 12 de agosto de 1798, por iniciativa pessoal, segundo constou, do soldado Luiz Gonzaga. Em seguida a essa divulgação, começou a repressão e as prisões ocorreram até fevereiro de 1799, totalizando mais de cinquenta.

Temerosos de que Luiz Gonzaga os delatasse, os outros conspiradores decidiram promover a sua libertação e a antecipação da eclosão do movimento. Mas aí era tarde, tudo já tinha sido denunciado por algumas pessoas que, na última hora, tinham sido convidadas para dele fazer parte.

O que merece registro destacado é o fato de que as autoridades, desde algum tempo, sabiam da ocorrência das reuniões e mesmo de alguns assuntos nelas tratados, mas não lhes davam importância, admitindo que, ou eram coisas de jovens buscando emoção ou conversas de gente sem expressão e nenhuma possibilidade de criar problemas. Mas a divulgação ostensiva dos boletins, atingindo o público em geral, obrigou-as a tomar providências de repressão.

Tem sido admitido que os elementos de maior projeção chegaram a fundar uma organização de caráter maçônico que denominaram *Os Cavaleiros da Luz*. Mas, sobre isso, há carência de dados para comprovação.

Parece interessante fazer uma comparação em profundidade entre as três inconfidências – a mineira, a fluminense e a baiana – e uma ampla reflexão sobre as conjunturas – interna e externa – existentes nas épocas em que ocorreram. O resultado será certamente muito interessante e elucidativo e servirá para caracterizar a conjura baiana como um dos mais significativos movimentos pela nossa independência.

Luiz Viana Filho registrou, na sua obra sobre a *Sabinada*, reportando-se à *Inconfidência Baiana*, que ela se distinguiu da Inconfidência Mineira e da Revolução de 1817 por ser o que classifica de fato raro na nossa vida política: um movimento *de baixo para cima*,

enquanto os outros dois vêm *de cima para baixo* e, acrescenta que “a nação se comoveu mais com o sacrifício dos intelectuais mineiros e pernambucanos do que com o enforcamento dos humildes baianos de 1798, e, por isso, depressa esqueceu a estes”.



BIBLIOGRAFIA

A INCONFIDÊNCIA DA BAHIA – *Devassas e Seqüestros*.

CALMON, Pedro. *História da Civilização Brasileira*.

ENCICLOPÉDIA MIRADOR INTERNACIONAL.

GRANDE ENCICLOPÉDIA DELTA LAROUSSE.

HISTÓRIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO.

JANCSÓ, Istvan. *Na Bahia, contra o Império*.

MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. Volumes I e II.

MATTOS, Florisvaldo. *A Comunicação Social na Revolução dos Alfaiates*.

QUADROS, Jânio e MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *História do Povo Brasileiro*.

SOUSA, Octávio Tarquinio de. *História dos Fundadores do Império do Brasil*. Volume 9.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *As Idéias dos Revolucionários de 1798*.

VIANA, Hélio. *História do Brasil*.

*De todas as companhias para um escritor,
nenhuma é mais valiosa do que um dicionário.*

Victor Hugo

O melhor do futuro é que ele acontece a cada dia.

Anônimo

A dor não é um mal, a menos que ela nos derrote.

Charles Kingsley